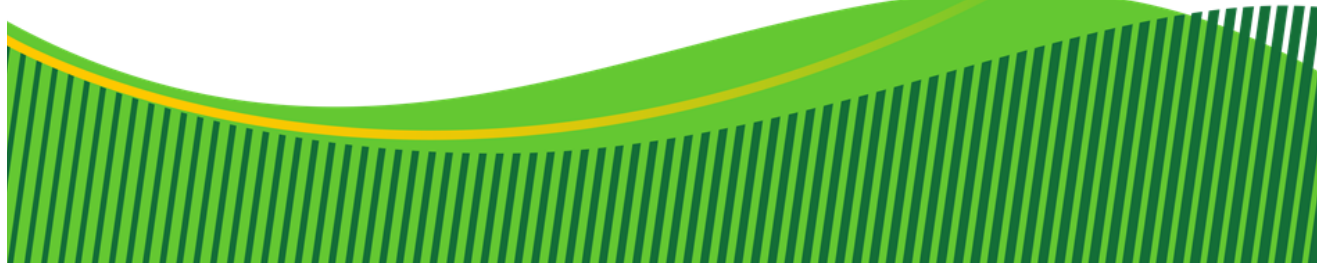


Relatório Anual 2018

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vanguarda da Região das Cataratas do Iguaçu e Vale do Paraíba - Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil





Iguatemi Business
Avenida Nilo Peçanha, 2.900
9º andar—Chácara das Pedras
91.330-001- Porto Alegre- RS - Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
ey.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vanguarda da Região das Cataratas do Iguaçu e Vale do Paraíba - Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ
Medianeira – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vanguarda da Região das Cataratas do Iguaçu e Vale do Paraíba - Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vanguarda da Região das Cataratas do Iguaçu e Vale do Paraíba - Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluimos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 06 de fevereiro de 2019

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6

Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vanguarda da Região das Cataratas do Iguaçu e Vale do Paraíba - Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vanguarda da Região das Cataratas do Iguaçu e Vale do Paraíba - Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ
CNPJ/MF nº 78.414.067/0001-60

ATIVO		31/12/2018	31/12/2017	PASSIVO		31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE		1.774.391	1.716.637	CIRCULANTE		889.000	793.403
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	30.207	26.265	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	376.485	282.594
				Depósitos à Vista		319.109	229.899
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		720.130	795.407	Depósitos a Prazo		57.376	52.695
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		7	39	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		338.250	391.000
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural		33	108	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		47	167
Correspondentes no país		1.161	1.639	Repasse Interfinanceiros	(NOTA 12)	338.203	390.833
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	718.929	793.621	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		2.721	2.641
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	914.089	820.524	Recursos em Trânsito de Terceiros		2.721	2.641
Operações de Crédito		961.911	855.878	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 13)	21.815	16.437
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(47.822)	(35.354)	Empréstimos País - Outras Instituições		21.815	16.437
OUTROS CRÉDITOS		101.365	66.170	OUTRAS OBRIGAÇÕES		149.729	100.731
Créditos por Avais e Fianças Honrados	(NOTA 06)	790	691	Cobrança e Arrecadação de Tributos		728	471
Rendas a Receber		4.695	3.221	Sociais e Estatutárias		9.204	7.676
Diversos	(NOTA 06 e 07)	97.883	65.544	Fiscais e Previdenciárias		3.446	2.422
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(NOTA 06)	(2.003)	(3.286)	Diversas	(NOTA 14)	136.351	90.162
OUTROS VALORES E BENS		8.600	8.271	NÃO CIRCULANTE		1.249.184	1.018.503
Outros Valores e Bens		10.371	10.105	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	1.190.303	988.696
(Provisão para desvalorização)		(1.928)	(1.929)	Depósitos a Prazo		1.190.303	988.696
Despesas Antecipadas	(NOTA 08)	157	95	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 12)	53.533	24.459
NÃO CIRCULANTE		745.043	418.040	Repasse Interfinanceiros		53.533	24.459
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	1.781	65	OUTRAS OBRIGAÇÕES	(NOTA 14)	5.348	5.348
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		1.781	65	Diversas		5.348	5.348
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	602.762	304.189	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		381.250	322.771
Operações de Crédito		623.073	321.039	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 16)	127.697	117.700
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(20.311)	(16.850)	De Domiciliados no País		128.020	117.970
OUTROS CRÉDITOS		100	64	(Capital a Realizar)		(323)	(270)
Diversos	(NOTA 06 e 07)	101	65	RESERVAS DE SOBRAS		232.318	193.915
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(NOTA 06)	(1)	(1)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		21.235	11.156
INVESTIMENTOS	(NOTA 09)	49.883	44.345	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.519.434	2.134.677
Outros Investimentos		49.883	44.345	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 16)	127.697	117.700
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 10)	74.276	57.091	De Domiciliados no País		128.020	117.970
Imóveis de Uso		39.315	35.542	(Capital a Realizar)		(323)	(270)
Outras Imobilizações de Uso		62.334	44.093	RESERVAS DE SOBRAS		232.318	193.915
(Depreciação acumulada)		(27.373)	(22.544)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		21.235	11.156
INTANGÍVEL	(NOTA 10)	16.241	12.286	TOTAL DO ATIVO		2.519.434	2.134.677
Outros Ativos Intangíveis		29.643	22.514				
(Amortização acumulada)		(13.402)	(10.228)				

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vanguarda da Região das Cataratas do Iguaçu e Vale do Paraíba - Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ
CNPJ/MF nº 78.414.067/0001-60

Descrição das contas	01/07/2018 a 31/12/2018			01/01/2018 a 31/12/2018			01/01/2017 a 31/12/2017		
	Ato Cooperativo	(Não auditado) Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	152.634	1	152.635	282.954	1	282.955	234.162	36	234.198
Operações de Crédito	152.567	1	152.568	282.862	1	282.863	234.101	36	234.137
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	14	-	14	16	-	16	6	-	6
Resultado das Aplicações Compulsórias	53	-	53	76	-	76	55	-	55
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(68.035)	(119)	(68.154)	(132.065)	(219)	(132.284)	(143.180)	(2.251)	(145.431)
Operações de Captação no Mercado	(34.585)	(119)	(34.704)	(65.476)	(219)	(65.695)	(84.887)	(140)	(85.027)
Operações de Empréstimos e Repasses	(11.474)	-	(11.474)	(24.992)	-	(24.992)	(25.999)	(2.155)	(28.154)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(21.976)	-	(21.976)	(41.597)	-	(41.597)	(32.294)	44	(32.250)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	84.599	(118)	84.481	150.889	(218)	150.671	90.982	(2.215)	88.767
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(57.508)	9.563	(47.945)	(96.869)	17.522	(79.347)	(40.615)	12.465	(28.150)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	17.108	22.785	39.893	30.909	42.134	73.043	23.224	28.855	52.079
Rendas de Tarifas Bancárias	12.436	-	12.436	22.933	-	22.933	18.367	-	18.367
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(45.156)	(4.470)	(49.626)	(81.473)	(8.116)	(89.589)	(66.163)	(5.495)	(71.658)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(41.622)	(6.244)	(47.866)	(77.524)	(11.184)	(88.708)	(63.290)	(7.432)	(70.722)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(898)	(1.246)	(2.144)	(1.464)	(2.257)	(3.721)	(981)	(1.486)	(2.467)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	32.190	1.397	33.587	64.585	1.582	66.167	89.528	631	90.159
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(31.566)	(2.659)	(34.225)	(54.835)	(4.637)	(59.472)	(41.300)	(2.608)	(43.908)
RESULTADO OPERACIONAL	27.091	9.445	36.536	54.020	17.304	71.324	50.367	10.250	60.617
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(155)	(6)	(161)	(37)	395	358	(1.339)	133	(1.206)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	26.936	9.439	36.375	53.983	17.699	71.682	49.028	10.383	59.411
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	(539)	(539)	-	(1.235)	(1.235)	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	(303)	(303)	-	(673)	(673)	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	(236)	(236)	-	(562)	(562)	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	26.936	8.900	35.836	53.983	16.464	70.447	49.028	10.383	59.411
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	16.464	(16.464)	-	10.383	(10.383)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	26.936	8.900	35.836	70.447	-	70.447	59.411	-	59.411
DESTINAÇÕES	-	-	-	(49.212)	-	(49.212)	(48.255)	-	(48.255)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(7.775)	-	(7.775)	(11.286)	-	(11.286)
Fates - Estatutário	-	-	-	(3.034)	-	(3.034)	(2.231)	-	(2.231)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(36.403)	-	(36.403)	(31.238)	-	(31.238)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(2.000)	-	(2.000)	(3.500)	-	(3.500)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	21.235	-	21.235	11.156	-	11.156

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vanguarda da Região das Cataratas do Iguaçu e Vale do Paraíba - Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ

CNPJ/MF nº 78.414.067/0001-60

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2017	109.681	159.177	9.044	277.902
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	3.550	-	(8.837)	(5.287)
Outras destinações	-	-	(207)	(207)
Capital de associados				
Aumento de capital	4.795	-	-	4.795
Baixas de capital	(5.851)	-	-	(5.851)
Resultado do período	-	-	59.411	59.411
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(2.231)	(2.231)
Reserva Legal - Estatutária	-	31.238	(31.238)	-
Juros sobre o Capital Próprio	5.525	-	(11.286)	(5.761)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	3.500	(3.500)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	117.700	193.915	11.156	322.771
Mutações do Período	8.019	34.738	2.112	44.869
Saldos no início do período em 01/01/2018	117.700	193.915	11.156	322.771
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	5.504	-	(10.971)	(5.467)
Outras destinações	-	-	(185)	(185)
Capital de associados				
Aumento de capital	5.830	-	-	5.830
Baixas de capital	(5.168)	-	-	(5.168)
Resultado do período	-	-	70.447	70.447
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(3.034)	(3.034)
Reserva Legal - Estatutária	-	36.403	(36.403)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.831	-	(7.775)	(3.944)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.000	(2.000)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2018	127.697	232.318	21.235	381.250
Mutações do Período	9.997	38.403	10.079	58.479
Saldos no início do período em 01/07/2018 (Não auditado)	123.182	193.915	34.611	351.708
Capital de associados				
Aumento de capital	2.972	-	-	2.972
Baixas de capital	(2.288)	-	-	(2.288)
Resultado do período	-	-	35.836	35.836
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(3.034)	(3.034)
Reserva Legal - Estatutária	-	36.403	(36.403)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.831	-	(7.775)	(3.944)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.000	(2.000)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2018	127.697	232.318	21.235	381.250
Mutações do Período	4.515	38.403	(13.376)	29.542

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vanguarda da Região das Cataratas do Iguaçu e Vale do Paraíba -
Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ
CNPJ/MF nº 78.414.067/0001-60**

	01/07/2018 a 31/12/2018 (Não auditado)	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	49.752	92.896	72.431
Resultado do semestre/exercício	35.836	70.447	59.411
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	13.916	22.449	13.020
Provisão para operações de crédito	11.118	15.929	3.271
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	-	(1)	1.499
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	538	(1.283)	1.558
Depreciação do imobilizado de uso	3.410	6.626	5.251
Amortização do intangível	1.702	3.174	2.794
Baixas do ativo permanente	211	817	12
Provisão para passivos contingentes	306	177	317
Destinações ao FATES	(3.034)	(3.034)	(2.231)
Dividendos SicrediPar	(335)	44	549
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(4.594)	(117.416)	41.744
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(1.713)	(1.716)	9
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	13.611	32	(25)
(Aumento) Redução em créditos vinculados	88	75	(92)
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(33)	477	(108)
(Aumento) em operações de crédito	(340.944)	(408.066)	(248.637)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	108.299	(23.676)	109.503
(Aumento) em outros créditos	(22.033)	(33.994)	(19.482)
(Aumento) em outros valores e bens	(713)	(327)	(1.527)
Aumento em depósitos	189.019	295.499	172.073
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	(78)	80	892
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	714	5.378	3.183
Absorção de dispêndios pelo FATES	-	(2.231)	(1.809)
Aumento em outras obrigações	49.189	51.053	27.764
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	45.158	(24.520)	114.175
Aquisição de Investimentos	-	(5.538)	(5.228)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(16.739)	(24.629)	(25.183)
Aplicações no Intangível	(2.532)	(7.129)	(3.872)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(19.271)	(37.296)	(34.283)
Integralização de capital	2.972	5.830	4.795
Baixa de capital	(2.288)	(5.168)	(5.851)
Juros ao capital próprio	(3.944)	(3.944)	(5.761)
Distribuição de Sobras	-	(5.652)	(5.494)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(3.260)	(8.934)	(12.311)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	22.627	(70.750)	67.581
Caixa e equivalente de caixa no início do período	726.509	819.886	752.305
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	749.136	749.136	819.886

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vanguarda da Região das Cataratas do Iguaçu e Vale do Paraíba - Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 17/11/1983 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2018, está organizado por 114 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.684 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen(CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 7 de fevereiro de 2019.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2018	2017
Disponibilidades	30.207	26.265
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	718.929	793.621
Total	749.136	819.886

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2018 equivale a 100% do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2018	2017
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.781	65
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	1.781	65
Total não circulante	1.781	65

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	528.718	445.141	973.859	611.704
Financiamentos	119.264	127.928	247.192	178.499
Financiamentos rurais e agroindustriais	313.929	50.004	363.933	386.714
Carteira total	961.911	623.073	1.584.984	1.176.917

Estão incluídos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honoradas	790	-	790	691
Devedores por compra de valores e bens	305	91	396	729
Títulos e créditos a receber (i)	85.363	10	85.373	52.160
Total	86.458	101	86.559	53.580

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2018	2017	2018	2017
Nível AA	-	279	-	-	-
Nível A	0,50	614.034	511.778	3.070	2.559
Nível B	1,00	671.834	472.493	6.718	4.835
Nível C	3,00	258.712	138.006	7.762	4.140
Nível D	10,00	62.892	50.836	6.289	5.084
Nível E	30,00	16.495	18.586	4.949	5.576
Nível F	50,00	6.747	9.023	3.374	4.512
Nível G	70,00	8.583	3.300	6.008	2.310
Nível H	100,00	31.967	26.475	31.967	26.475
Total		1.671.543	1.230.497	70.137	55.491

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2018					2017
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	19.010	139.667	150.079	241.015	549.771	349.395
Rural	1.434	98.019	214.476	50.004	363.933	386.714
Industrial	339	17.565	26.674	17.205	61.783	48.425
Comércio	4.301	87.272	125.041	154.531	371.145	257.319
Outros Serviços	3.467	60.751	100.274	160.419	324.911	188.644
Total	28.551	403.274	616.544	623.174	1.671.543	1.230.497

d) Concentração das operações de crédito

	2018	%	2017	%
10 maiores devedores	133.569	7,99	124.322	10,10
50 devedores seguintes	193.239	11,56	137.535	11,18
100 devedores seguintes	151.033	9,04	111.483	9,06
Demais	1.193.702	71,41	857.157	69,66
Total	1.671.543	100	1.230.497	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2018	2017
Saldo inicial	55.491	50.662
Constituição de provisão	41.597	32.250
Movimentação de baixados para prejuízo	(26.951)	(27.421)
Saldo final	70.137	55.491

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 13.587 (2017 - R\$ 12.192), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 57.679 (2017 - R\$ 30.196).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2018	2017
Adiantamentos e antecipações salariais	2.312	488
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	1.907	5.997
Devedores por compra de valores e bens	305	667
Devedores por depósitos em garantia	2.346	1.917
Impostos e contribuições a compensar	129	1.611
Títulos e créditos a receber	85.363	52.157
Valores honorados	-	171
Operações com cartões	1.944	359
Pendências a regularizar	1.924	551
Outros	1.653	1.626
Total Circulante	97.883	65.544

Devedores por compra de valores e bens	91	62
Títulos e créditos a receber	10	3
Total não circulante	101	65

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2018	2017
Bens não de uso próprio	10.012	10.092
Imóveis	8.944	8.963
Veículos e afins	354	86
Máquinas e equipamentos	3	237
Bens em regime especial	711	806
Material em estoque	359	13
Despesas antecipadas	157	95
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(1.928)	(1.929)
Total Circulante	8.600	8.271

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 1.928 (2017 - R\$ 1.929) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2018	2017
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	29.099	23.562
Sicredi Participações S.A.	20.782	20.781
Outras Participações e Investimentos	2	2
Sicredi Fundos Garantidores	2	2
Total	49.883	44.345

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Número de ações/quotas possuídas	6.763.975 ON	6.763.975 ON	2	2	29.099.463	23.562.040
	14.017.200 PN	14.017.200 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	2,36%	2,38%	1,24%	1,22%	12,80%	12,28%
Capital social	880.597	874.847	164	164	227.306	191.882
Patrimônio líquido	906.341	893.040	252.691	240.569	228.806	193.372
Lucro líquido do exercício	14.956	16.863	12.122	35.861	-	-
Valor do investimento	20.782	20.781	2	2	29.099	23.562

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2018			2017
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	101.649	(27.373)	74.276	57.091
Imobilizações em curso	-	12.380	-	12.380	3.710
Terrenos	-	6.335	-	6.335	2.977
Edificações	4%	32.980	(6.985)	25.995	27.114
Instalações	10%	14.514	(4.860)	9.654	5.645
Móveis e equipamentos de uso	10%	18.189	(5.947)	12.242	10.588
Sistema de comunicação	10%	1.073	(389)	684	1.823
Sistema de processamento de dados	20%	12.805	(7.951)	4.854	3.719
Sistema de segurança	10%	2.167	(758)	1.409	832
Sistema de transporte	20%	1.206	(483)	723	683
Intangível (i)		29.643	(13.402)	16.241	12.286
Investimentos Confederação		29.643	(13.402)	16.241	12.286
Total		131.292	(40.775)	90.517	69.377

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2018			Total	2017
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses		Total
Depósitos à vista	319.109	-	-	319.109	229.899
Depósitos a prazo	22.756	34.620	1.190.303	1.247.679	1.041.391
Total	341.865	34.620	1.190.303	1.566.788	1.271.290

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2018	2017
Recursos do Crédito Rural	338.203	390.833
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	338.203	390.833
Total circulante	338.203	390.833

Recursos do Crédito Rural	53.533	24.459
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	53.533	24.459
Total não circulante	53.533	24.459

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 9,5% a.a. com vencimentos até 15/12/2028, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2018	2017
Empréstimos no País - outras instituições	21.815	16.437
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	21.815	16.437
Total circulante	21.815	16.437

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2018	2017 (Reapresentado)
Cheques administrativos	8.112	4.004
Obrigações por convênios oficiais	15	31
Provisão para pagamentos a efetuar	22.135	17.809
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	2.047	1.870
Outras Contingências	8	13
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	6.768	6.345
Juros Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital - Banco (ii)	252	320
Pendências a regularizar	1.807	377
Operações com cartões	84.860	50.419
Demais fornecedores	2.931	3.081
Credores diversos	7.416	5.893
Total circulante	136.351	90.162

Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital - Banco (ii)	5.348	5.348
Total não circulante	5.348	5.348

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

(ii) As dívidas subordinadas elegíveis a capital nível II referem-se a contratos de mútuo com cláusula de subordinação firmados em março de 2013 com vencimento em dezembro de 2021 pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, possui taxa anual de 158,5% do CDI, pagos semestralmente

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2018	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2018
Trabalhista	1.673	1.111	(1.504)	1.280
Cível	197	950	(380)	767
Total	1.870	2.061	(1.884)	2.047

Natureza	Probabilidade de perda	2018	2017
Trabalhista	Provável	1.280	1.673
Cível	Provável	767	197
Total		2.047	1.870

Em 31 de dezembro de 2018, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 1.062; R\$ 1.120; R\$ 61 (2017 - R\$ 2.184; R\$ 1.031 e R\$ 110), respectivamente.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2018	2017
Capital Social	127.697	117.700
Total de associados	130.781	109.775

Em 31 de dezembro de 2018, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 9.997 (2017 – R\$ 8.019), sendo R\$ 9.335 (2017 – R\$ 9.075) via integralização de resultados e R\$ 5.830 (2017 – R\$ 4.795), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 5.168 (2017 – R\$ 5.851).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6,37% em 50% em Conta Capital e 50% em Conta Corrente, no montante de R\$ 7.775, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 60% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2018	2017
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	71.682	59.411
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(30.106)	(24.953)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	81	-
Provisão resgate de milhas cartão	281	147
Provisão PPR	(242)	105
Receita com atos cooperativos	22.673	20.592
Juros sobre capital próprio	3.266	4.740
Outros	2.812	(631)
Subtotal	28.871	24.953
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(1.235)	-

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2018	2017
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	1.781	65
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	718.929	793.621
Outros Créditos - Rendas a receber	3.739	2.329
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	2.696	6.934
Investimentos (Nota 09)	49.883	44.345
Intangível (Nota 10)	16.241	12.286
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	391.736	415.292
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	21.815	16.437
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	82.711	50.346
Principal e juros dívida subordinada (Nota 14)	5.600	5.668
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	16	6
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	19.613	13.288
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	49.285	79.444
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	24.992	28.154
Outros Dispendios e Despesas Administrativas (Nota 19)	4.289	3.410
Outros Dispendios e Despesas Operacionais (Nota 21)	28.005	25.006

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2018	% em relação ao total	2017
Depósitos à vista	92	0,03%	68
Depósitos a prazo	452	0,04%	372
Operações de crédito	3.230	0,20%	1.981

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2018	2017
Pessoas chave da administração	4.486	4.295

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2018	2017 (Reapresentado)
Despesa de água, energia e gás	2.233	1.761
Despesa de aluguéis	7.428	5.995
Despesa de comunicação	3.861	3.485
Despesa de manutenção e conservação	5.559	5.440
Despesa de material	2.074	1.127
Despesa processamento dados	1.609	1.213
Despesa de promoções e relações públicas	12.350	7.804
Despesa de propaganda e publicidade	2.534	2.078
Despesa de seguro	1.632	1.214
Despesa de serviços do sistema financeiro	9.792	8.652
Despesa de serviços de terceiros	3.262	3.272
Despesa de serviços de vigilância e segurança	4.484	3.724
Despesa de serviços de técnicos especializados	5.264	4.297
Despesa de serviços de transportes	6.367	5.123
Despesa de viagem	2.696	1.912
Despesa de depreciação	6.625	5.252
Outras despesas administrativas	10.938	8.373
Total	88.708	70.722

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Recuperação de encargos e despesas	5.775	4.226
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	47.621	77.522
Reversão de provisões operacionais	8.532	5.773
Outras rendas operacionais	4.239	2.638
Total	66.167	90.159

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Descontos concedidos em renegociação e crédito	4.732	3.474
Contribuições Cooperativistas	197	192
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	2.839	2.478
Contribuição Confederação Sicredi	19.764	16.143
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	2.523	1.922
Encargos da administração financeira	316	438
Repasso administradora de Cartões	1.068	1.747
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	3.174	2.794
Outras provisões operacionais	8.884	6.110
Outras despesas operacionais	15.975	8.610
Total	59.472	43.908

NOTA 22 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2018	2017
Beneficiários de garantias prestadas (i)	389.160	300.690
Coobrigações em cessões de crédito	192	242
Total	389.352	300.932

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 23 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de mercado pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de liquidez pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN n° 3.444/07 e n° 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN n° 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2018	2017
Patrimônio de Referência (PR)	368.369	317.532
Nível I (NI)	365.009	314.131
Capital principal - CP	365.009	314.131
Capital social	127.697	117.700
Reservas de capital	232.318	193.915
Lucros acumulados	21.235	11.156
Ajustes Prudenciais	(16.241)	(8.640)
Nível II (NII)	3.360	3.401
Letras Financeiras e Dividas Subordinadas	3.360	3.401
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	2.259.751	1.746.543
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	10.177	2.967
Margem de Capital (i)	120.918	131.178
Índice de Basileia (PR / RWA)	16,30%	18,18%
Situação de Imobilização (Imob)	74.278	60.737
Índice de Imobilização (Imob / PR)	20,16%	19,13%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2018, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Aldo Dagostim
Diretor Executivo
CPF: 557.063.559-91

Antônio Clarindo Sobrinho
Diretor de Operações
CPF: 615.552.409-25

Antonio Clarindo Sobrinho
Contador
CRC: PR-049071/O-3
CPF: 615.552.409-25